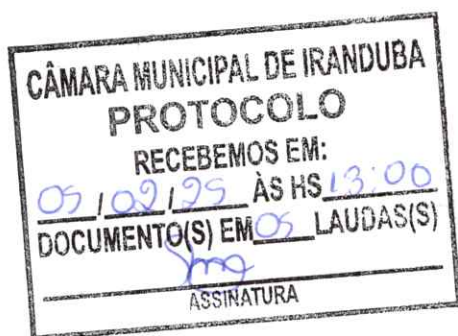




CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA

PROJETO DE LEI Nº 01 /2025



Dispõe sobre as diretrizes para a criação de escolas bilíngues em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e Língua Portuguesa, na Rede Municipal de Educação de Iranduba, e dá outras providências.

A Ver. Larissa Gomes - PSD, do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminha o referido Projeto de Lei para a douta apreciação e deliberação do Soberano Plenário:

LEI

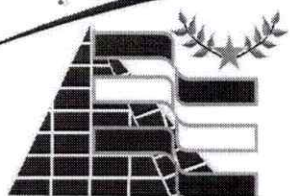
Art.1º - A criação de escolas bilíngues em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa, no âmbito da rede municipal de ensino, observará as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

§1º - Para efeito desta Lei, considera-se escola bilíngue em Libras, e Língua Portuguesa, aquela em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam utilizadas como língua de instrução no desenvolvimento de todo o processo educativo dos alunos surdos.

§2º - No modelo bilíngue, a Libras será considerada como língua de comunicação e de instrução e entendida como componente curricular que possibilite aos surdos o acesso ao conhecimento, a ampliação do uso social da língua nos diferentes contextos e a reflexão sobre o funcionamento da língua e da linguagem em seus diferentes usos.

§3º - A língua portuguesa deverá contemplar o ensino da modalidade escrita, considerada como fonte necessária para que o aluno surdo possa construir seu conhecimento, para uso complementar e para aprendizagem das demais áreas de conhecimento.

Art. 2º - Os profissionais que atuarão nas Escolas Bilíngues deverão ser integrantes do quadro do magistério



CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA

da rede pública de ensino, habilitados na área de atuação, devendo apresentar habilitação específica na área de surdez, em nível de graduação ou especialização.

Art. 3º - Serão observadas, na criação de escolas bilíngues de que trata esta Lei, as seguintes diretrizes:

- I – promoção da identidade linguística e cultural da comunidade surda;
- II – garantia do ensino de Libras como primeira língua e de Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua;
- III – atendimento prioritário aos alunos surdos-cegos, surdos, filhos de pais surdos ou surdos-cegos e familiares de surdos e surdos-cegos;
- IV – garantia de adaptações, modificações e ajustes para o acesso dos alunos ao currículo, em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia, observada a legislação vigente;
- V – disponibilização de professores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes e professores de Libras, prioritariamente surdos;
- VI – disponibilização de equipamentos, recursos didáticos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação;
- VII – gestão democrática, com garantia de participação dos alunos e de suas famílias no processo de tomada de decisões e no funcionamento das escolas de que trata esta Lei, nos termos do seu regulamento;
- VIII – promoção do uso e difusão da Libras entre as famílias e a comunidade escolar;
- IX – respeito ao direito de opção da família ou do próprio aluno pela escola bilíngue, observada a legislação vigente;
- X – oferecer projetos que atentam às especificidades e necessidades educacionais especiais dos alunos, para melhorar acompanhamento e/ou adaptação aos conteúdos curriculares, desenvolvidos além do horário regular de aulas.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal de Iranduba, poderá firmar convênios necessários

com instituições e órgãos públicos e particulares afins para o melhor cumprimento desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 05 de fevereiro de 2025.

Ver. Larissa Rufino Gomes – PSD

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu art. 208, III, prevê que o atendimento às pessoas com deficiência deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular, assim como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA art. 54, III, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – art. 4º, III.

Além disso, na Lei Federal nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais



CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA

– Libras, é garantido que o poder público apoie o uso e a difusão das Libras de forma institucionalizada e, também, que este trate e atenda adequadamente os surdos e deficientes auditivos, conforme preconizam os seus artigos 2º e 3º.

Ademais, o Brasil possui compromisso firmado internacionalmente, a exemplo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que defende a educação inclusiva e pretende viabilizar os meios mais efetivos para sua consecução.

É de amplo conhecimento que esse processo de adaptação das instituições de ensino não tem obedecido a contento o ritmo previsto ou cumprido com as expectativas levantadas para essa meta.

Portanto, com a finalidade de atender adequadamente às crianças, jovens e adultos surdos, torna-se absolutamente pertinente a proposição do presente projeto, para garantir um padrão de educação digna e correspondente às demandas da comunidade surda do nosso município.

O surdo precisa ter acesso à oportunidade de ser educado em sua língua primária (Libras) e, uma vez que o poder público decida implementar tal modelo de educação no sistema de ensino municipal, se faz necessário que algumas balizes estejam desenhadas para o desenvolvimento de uma política de educação Libras/Português, que guarde semelhança com o que a comunidade surda espera do ensino municipal.

A escola bilíngue em Libras, prevista no Decreto nº 5.626/2005, em seu art. 22, segue a mesma lógica das demais escolas bilíngues, que são focadas em determinadas culturas, explorando suas línguas e costumes.

Dessa forma, tendo em vista que as metas para a educação traçam o compromisso de, gradativamente, diminuir a necessidade de educação exclusiva, a criação de centros

de ensino mistos em que qualquer aluno, com deficiência ou não, pode se matricular, todavia, direcionados a um mesmo grupo de deficientes, cumpre papel determinante no processo de inclusão, e permite a sua incorporação gradativa ao passo em que o caminho inverso, hoje em tentativa de aplicação, tem criado resultado avesso ao esperado.



CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA

Importante lembrar que os surdos não são apenas um coletivo de pessoas com deficiência de uma mesma natureza, mas sim um grupo identitário, com história e cultura próprias, a serem lecionadas e preservadas.

O processo de fechamento de espaços exclusivos e o redirecionamento quase compulsório dessas pessoas para instituições de ensino regular ainda não adaptadas, em muitos casos, é absolutamente traumático, e não cumpre o objetivo de favorecer a inclusão, visto que silencia e sufoca a identidade dessas pessoas.

Com esta iniciativa, criaremos uma instituição de ensino que preserva um espaço identitário do aluno surdo, viabilizando o convívio com alunos não surdos, uma vez ofertadas vagas para todos os alunos.

O presente projeto não só garante a preservação da cultura surda e viabiliza a criação de espaços de convívio mais saudáveis para a interação entre surdos e não surdos, como também apresenta uma alternativa interessante de espaço de ensino para crianças CODA – child of Deaf Adults (Crianças Ouvintes com Pais Surdos).

Portanto, diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Documento assinado digitalmente
gov.br LARISSA RUFINO GOMES
Data: 05/02/2025 13:56:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>